

12.07.2016 – 14h00

**RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA**

**Entidade:** Miguel Gaspar Silva

**Recebidos por:** Deputadas Susana Amador (PS), Maria Augusta Santos (PS) e Joana Mortágua (BE)

**Assunto:** *Tickets* educação

A Senhora Deputada Susana Amador (PS), que presidiu à reunião, cumprimentou Miguel Gaspar Silva, que se encontrava acompanhado por Teresa Rosa, indicou a grelha de tempos da audiência e deu-lhe depois a palavra para fazer a sua intervenção inicial.

Miguel Gaspar Silva agradeceu a oportunidade concedida para expor a sua posição sobre a matéria em apreço, explicitando de seguida a razão que o levou a pedir a audiência à Comissão de Educação e Ciência e que tem a ver com os incentivos dados às famílias para fazer face às despesas escolares para as ajudar nas despesas de educação ou extracurriculares.

Referiu que esses incentivos fiscais são dados aos trabalhadores através dos «cheques ensino» e «cheques de educação». O primeiro inclui um incentivo de IRS, que abrange despesas de educação e despesas extracurriculares para crianças até aos 7 anos; o outro, que abrange as crianças dos 7 aos 25 anos, tem a ver com isenção de despesas de segurança social e com uma majoração para as empresas em termos de desconto de IRC, o que significa que os cheques que sejam utilizados nas tais atividades de educação e extracurriculares têm isenção de segurança social.

Concluiu a sua intervenção afirmando que a maior parte deste último incentivo sai da contribuição individual da segurança social do trabalhador para benefício da empresa para a qual trabalha, o que lhe parece desproporcionado e desajustado porque não o faz reverter a favor do trabalhador.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu ter tomado boa nota das preocupações manifestadas e da desproporção existente dos incentivos. Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PS vai analisar a questão e apresentará, se assim for razoável, alguma medida para corrigir a situação.

Perguntou também se tinha entrado em contato com alguma instituição/entidade ligada a esta área e, se sim, se obteve alguma resposta.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) afirmou que o Grupo Parlamentar do BE tem-se apercebido de inúmeros problemas ligados ao universo dos benefícios, isenções e apoios fiscais na área da educação.

Pensa que se torna necessário rever todo o universo de apoios e benefícios concedidos para que passe a existir um regime mais harmonioso, o que não é nada fácil na medida em que todas essas medidas têm impacto orçamental.

Para terminar acrescentou que o Grupo Parlamentar do BE tem mantido conversações com o Governo sobre esta matéria e que, aquando da discussão do Orçamento do Estado para o próximo ano, irá apresentar as suas propostas.

No final, Miguel Gaspar da Silva afirmou que não estabeleceu contato com qualquer entidade ou instituição e que apenas há alguns meses atrás tinha sido recebido, em sede da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, pelo Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), que ficou sensibilizado para a questão.

Independentemente de subscrever as palavras da Senhora Deputada Joana Mortágua, defende que se torna imperioso reparar o desequilíbrio existente na distribuição do incentivo.

A gravação áudio da reunião está disponível na [Página da Comissão](#).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

Palácio de São Bento, 12 de julho de 2016

A Assessora

Maria Mesquitela